

**DECLARAÇÃO DE VOTO**  
**(Do Senhor Deputado Renildo Calheiros)**

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 182, § único, em relação a votação da MP 182, que fixa o valor do salário mínimo, a bancada do PCdoB apresentou duas emendas para intervir nesse debate. A primeira reajusta o salário mínimo para R\$ 280 e a segunda estabelece uma nova política de reajustes para sua recuperação.

A votação da matéria na Câmara dos Deputados, no entanto nos coloca diante de um grande impasse. Por uma lado, o meu Partido tem reafirmado a necessidade urgente de mudanças na política econômica, não me restam dúvidas que está na manutenção de um enfoque fiscalista a principal razão para que a definição do salário mínimo não tenha avançado, nem quando o governo discutiu essa questão internamente nem quando esse debate chegou ao Congresso Nacional. No entanto, nesse momento, esse debate não está pautado pela definição do valor do salário mínimo. Diversos setores, antes no governo, hoje na oposição, utilizam a votação dessa Medida Provisória e apresenta um valor superior com único objetivo de desgastar o governo Lula – não estão preocupados com o salário da população, nunca estiveram.

A posição do nosso Partido é reafirmar o seu apoio ao governo, mas também à luta pela aprovação de um salário mínimo maior. Não cairemos na armadilha preparada pela oposição, por isso votamos contra o relatório do PFL, enquanto destacamos, e votamos a favor e lutaremos pela aprovação da emenda apresentada pelo PCdoB que estabelece um valor de R\$ 280.

A bancada do PCdoB reconhece que esse valor de R\$ 280 ainda é insuficiente para cumprir as determinações da Constituição Federal, mas a

definição política por esse aumento demonstra um passo importante pela mudança nas prioridades esboçadas pela política econômica em curso.

As mudanças na política econômica não se fazem exclusivamente pelas votações no Congresso Nacional, muito antes, as mudanças que o nosso povo mais anseia demandam um novo grau de organização e de luta das mais diversas entidades e dos vários setores da nossa sociedade. Estarei, como sempre estive, frente a frente na construção dessa jornada de luta. Continuarei lutando pelo aumento do salário mínimo e pela definição de uma política salarial que recupere o poder de compra dos salários, que viabilize a construção de um novo ciclo de desenvolvimento e de geração de emprego e renda.

Sala das Sessões, 2 de junho de 2004.

**Dep. Renildo Calheiros  
PC do B**